



CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE REGULAÇÃO (CTER)

Ata da 4ª reunião, realizada em 03 de dezembro de 2021

1 Em 03 de dezembro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica
2 Especializada de Regulação (CTER) do Conselho Estadual de Recursos
3 Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria
4 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em
5 Belo Horizonte. Participaram o presidente suplente Breno Esteves Lasmar,
6 representante da Semad e os seguintes membros titulares e suplentes:
7 Representantes do poder público estadual: Mariana Gabriela de Oliveira,
8 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Lucas
9 Ferreira Rodrigues Santos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
10 Mobilidade (Seinfra); Karla Jorge da Silva, da Secretaria de Estado de
11 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). Representantes do poder
12 público municipal: Frederico Arthur Souza Leite, da Prefeitura Municipal
13 de Itabirito; Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de
14 Patrocínio; Eliliane Aparecida Marciano, da Prefeitura Municipal de Santa
15 Bárbara. Representantes dos usuários de recursos hídricos: Deivid Lucas
16 de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
17 (Fiemg); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e
18 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Leocádio Alves Pereira, do
19 Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE de Uberlândia).
20 Representantes da sociedade civil: Marta de Freitas, da Associação para
21 Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Rayssa Cordeiro
22 Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
23 Gerais (Crea); Leonardo Campos de Assis, da Universidade de Uberaba
24 (Uniube). Assuntos em pauta. 1) ABERTURA. O presidente suplente Breno
25 Esteves Lasmar, constatado o quórum regimental pela Secretaria
26 Executiva, declarou aberta a 4ª reunião da Câmara Técnica Especializada
27 de Regulação do CERH-MG. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não
28 houve manifestação para esse item da pauta. Na sequência, o presidente

29 suplente Breno Esteves Lasmar informou sobre a exibição do vídeo sobre
30 a Revista Mineira de Recursos Hídricos (RMRH). **Exibição de vídeo*
31 *institucional**. **3. EXAME DA ATA DA 3ª RO DA CTER, DE 19/11/2021.**
32 Presidente suplente Breno Esteves Lasmar: “Srs. Conselheiros, vocês
33 receberam a ata juntamente com a convocação do material dessa reunião,
34 pergunto se alguém gostaria de fazer algum acréscimo, alteração ou
35 supressão na ata enviada? Não havendo manifestações, coloco em
36 votação a ata da 3ª reunião ordinária da CTER”. Votos Favoráveis: Sede;
37 Seinfra; Seapa; Prefeitura Municipal de Itabirito; Prefeitura Municipal de
38 Patrocínio; Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Faemg; DMAE de
39 Uberlândia; Crea-MG. Justificativa da Abstenção: Conselheiro Deivid Lucas
40 de Oliveira (Fiemg): “Não estava presente na última reunião”. Ausente no
41 momento da votação: Angá; Uniube. Presidente suplente Breno Esteves
42 Lasmar: “Ok senhores, a Ata foi aprovada por 9 (nove) votos favoráveis, 1
43 (uma) abstenção e 2 (duas) ausências”. **4. MINUTA DE DELIBERAÇÃO**
44 **NORMATIVA CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO: 4.1 Minuta de**
45 **Deliberação Normativa CERH-MG, que define os critérios para a**
46 **regularização do uso de água subterrânea nas Circunscrições**
47 **Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.**
48 **Apresentação: Gerência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos –**
49 **GERUR/Igam.** Minuta de deliberação normativa aprovada, por
50 unanimidade, com alteração do parágrafo único do artigo 8º. O Presidente
51 Breno Esteves Lasmar, passa a palavra para a equipe do Igam. A analista
52 de águas subterrâneas da GERUR/Igam, Isadora Pinheiro Tavares,
53 cumprimenta o Presidente e todos os Conselheiros e público geral e
54 realiza a apresentação a minuta. Presidente suplente Breno Esteves
55 Lasmar: “Obrigado, Isadora. Senhores Conselheiros, coloco a matéria em
56 discussão para esclarecimentos de dúvidas, caso queiram manifestar”.
57 Leocádio Alves Pereira (DMAE de Uberlândia): “Observando a questão dos
58 limites de 3.6 metros cúbicos e 80%, no outro item acima de 3.6 e 90%, é
59 lógico que, de uma região para outra isso pode mudar bastante em
60 termos de exploração. Não sei se dentro das áreas, das regiões de
61 perfuração de poços, se tem um cuidado a mais com relação a isso, ou
62 seja, a produção de poços. Pode ser que poços não vão dar essas
63 produções aí, então significa que as capacidades de recuperação desses

64 poços também ficam comprometidas em função do tempo de operação e
65 do tempo de funcionamento, se tem alguns casos mais específicos que
66 poderia colocar algum dispositivo que pudesse prever. É lógico, que quem
67 vai perfurar e vai fazer os testes de vazão, é que vai definir de acordo com
68 o que está estabelecido nessa condição de menos 3.6 metros por hora, e
69 também acima disso. Mas, a minha preocupação é mais voltada para
70 algumas regiões que sabemos que às vezes se isso cobre essa situação.
71 Porque o tempo de recuperação de alguns locais é bem mais lento do que
72 de outras regiões, seria nesse sentido, se puder esclarecer”. Isadora Pinho
73 Tavares (Igam): “Então, essa daí foi uma sugestão trazida pelos
74 representantes da ABAS, baseado na experiência que eles têm em relação
75 aos poços, em relação a proteger um pouco as captações, na verdade.
76 Porque segundo eles, os poços geralmente em função das características
77 deles já funcionam dessa forma, não haveria muita perda em relação ao
78 que está sendo colocado aí e, só lembrando que esse 3.6, maior ou menor
79 que 3.6, é a capacidade específica e não a vazão em si, então não seria ‘o
80 quê que é vazão’, é uma outra característica do poço que ela nos traz a
81 capacidade específica de cada poço, menor que 3.6 metros cúbicos/por
82 hora/por metro ou maior ou igual a isso. Então assim, entendo que tem
83 especificidades em relação ao local de locação dos poços - a geologia, a
84 hidrogeologia - mas seria mais uma informação a ser avaliada no processo
85 de outorga, porque entendo que o que está acontecendo hoje é o
86 seguinte, se o poço chega para a gente com o tempo de captação mais o
87 tempo de recuperação e não fecha 24 (vinte e quatro) horas, precisamos
88 reduzir o tempo de captação do poço, então essa regra viria ao encontro
89 disso, mas estabelecendo um critério técnico de produtividade do poço.
90 Dessa forma, essa foi a sugestão do Grupo de Trabalho e entendo que vai
91 ser colocada aqui para ser avaliada mesmo, para ser discutida por vocês.
92 Presidente suplente Breno Esteves Lasmar: “Ok Conselheiros, continuando
93 a discussão da matéria, mais alguém gostaria de algum ponto de
94 esclarecimento? “ Antônio Geraldo de Oliveira (Prefeitura Municipal de
95 Patrocínio): “Breno, não é questionamento, mas só para dizer que esse
96 trabalho estava parado há algum tempo no próprio Grupo de Trabalho e
97 eu e o Guilherme coordenamos esse GT e chegamos nisso tudo que a
98 Isadora apresentou. Então, tivemos um tempo, relativamente, até grande

99 para que chegássemos nessa minuta. Então, é mais nesse sentido. Muito
100 obrigado”. Presidente suplente Breno Esteves Lasmar: “Trabalho bem
101 desenvolvido, de boa reflexão. “ Guilherme da Silva Oliveira (Faemg): “Fui
102 coordenador do grupo, o Antônio Geraldo foi Secretário e o Carlos
103 Alberto, o Capitão, foi o relator. Acho que esse grupo foi muito rico,
104 porque tivemos bastante informações nas primeiras reuniões, que
105 antecedeu o trabalho e tiveram discussões muito importantes, muito
106 proveitosas, às vezes mais de horas em um tema, às vezes uma reunião
107 inteira somente em um tema, só. A Isadora nos ajudou bastante, queria de
108 público agradecer pela participação dela no grupo, tecnicamente e pelo
109 apoio na questão de legislação. Ela sempre auxiliou nos motivos do por
110 quê ser uma coisa ou outra, pode ou não pode, sempre à disposição. Acho
111 que foi uma deliberação que fizemos aqui, dentro do possível, alguns itens
112 não chegavam em um acordo, até o pessoal brincava comigo que eu iria à
113 leilão, então votava e ‘dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, está
114 decidido’ tomada a decisão. Mas creio que todo mundo teve tempo para
115 falar, participar, acho que foi um grupo muito produtivo, acho que a DN
116 no geral, resolve muitos problemas que ela veio para resolver/solucionar
117 algumas questões que estavam, vamos dizer assim, incomodando a todos.
118 Então, queria parabenizar a todos do grupo, agradecer o Antônio Geraldo
119 pelo apoio, o Capitão pelo relatório, a Isadora e a equipe do Igam pelo
120 apoio, enfim, todos os participantes, foi muito bom esse grupo. Obrigado
121 Breno”. Isadora Pinho Tavares (analista do Igam): “ Obrigada Guilherme,
122 acho que o grupo realmente foi bem sucinto em relação a isso, porque
123 acredito que conseguimos atacar todas os problemas em uma DN, só.
124 Outra coisa que acho importante é que, a partir do momento que temos
125 uma DN conversando com outra DN, que é o caso dessa substitutiva nº 34
126 com a DN nº 05, de 2017, realmente começamos a entender e a aplicar o
127 que temos nas mãos para fazer essa gestão de água subterrânea, porque
128 acredito que faltava muita coisa, tínhamos vários gaps e agora estamos
129 tentando trazer isso tudo para uma DN de água subterrânea em si, que
130 não é só de uso insignificante, ela trata de outros critérios também para
131 outorga e para regularização de uso de água subterrânea. Então, acredito
132 ser um ponto muito bom, a outra questão que vou sugerir uma mudança
133 porque acho que passou por nós assim, que é a inclusão no parágrafo que

134 tira os sistemas de rebaixamento para uso em mineração de obra civil de
135 pesquisa hidrogeológica, esquecemos de citar o sistema de remediação,
136 porque ele também precisa funcionar 24 horas por dia, para tratar essa
137 água e controlar a disseminação da contaminação e os poços artesianos,
138 que são os poços que tem artesianismo e não conseguimos controlar o
139 tempo de preparação porque ele jorra. Então, acho que é importante, não
140 sei se conseguimos fazer essa inclusão aqui, mas é uma sugestão minha
141 porque realmente passou batido pelo grupo, mas é importante deixar
142 bem claro. Estamos tendo muitos questionamentos em relação a isso, na
143 outorga comum, e acho que é importante deixarmos claro que essas
144 regras lá da capacidade específica, não seriam utilizadas para essas
145 questões, para esses tipos de intervenção. Então é só colocar essa
146 sugestão mesmo, obrigada”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Ok
147 Isadora, vou pedir para você passar para a equipe da Secretaria Executiva
148 agora, o artigo e a inclusão que você pretende, para que antes de
149 colocarmos a norma em votação, se for esse o encaminhamento, os
150 conselheiros possam ver como vai ficar a redação atual e a final, para que
151 possamos votar em conjunto”. Leonardo Campos de Assis (Uniube):
152 “Estava dando uma olhada, mas primeiro gostaria de parabenizar toda a
153 equipe, aos membros do Grupo de Trabalho, ao Guilherme e a Isadora
154 pelo documento que nos entregaram, tecnicamente muito bem-feito,
155 praticamente não tenho nenhuma sugestão de conteúdo. Mas uma
156 questão que eu queria discutir com vocês, no capítulo 3, dos critérios para
157 a regularização, artigo 3º, § 2º, inciso V, alínea a, fala-se dos estudos
158 indicados poderão permitir a revisão do valor do RPE. Mas, esses estudos
159 não tem uma fixação, uma data para acontecer, salvo engano, correto?
160 Então, nesse sentido, talvez pudéssemos acrescentar que eles deveriam
161 ser feitos em um intervalo de tempo pré-estabelecido, a questão de
162 mudanças climáticas, alteração do regime hidrológico muito grande, se
163 não tiver um valor de fixação, vocês acham que isso pode causar algum
164 problema? Como não participei do grupo de estudos, eu não me sinto
165 muito à vontade para ir além dessa observação. Só me chamou atenção
166 que, estudos indicados está muito vago, sabe? Poderão permitir a revisão
167 do valor, mas nesse sentido se acharem conveniente, a sugestão seria ‘em
168 um período estipulado se esses estudos não acontecerem, que o estudo

169 seja providenciado'. O que vocês acham?" Isadora Pinho Tavares (analista
170 do Igam): "Conselheiro, esse estudo, a partir do momento que já existe
171 um comprometimento de disponibilidade hídrica que foi verificado na
172 bacia, todos os usos outorgáveis vão ter que se juntar em uma única
173 Portaria, em um processo só, nos moldes dos estudos estabelecidos para a
174 pesquisa hidro geológica, hoje. Hoje, a pesquisa geológica, código 23, ela
175 já tem no Termo de Referência de Estudos que tem que ser apresentados
176 durante o período da pesquisa, geralmente são dois anos ou dois anos e
177 meio. Então, a partir do momento que se organizar todos os usuários
178 daquela bacia em uma Portaria "coletiva", vou colocar aspas porque não é
179 nos moldes da superficial, mas é algo espelhado a isso, eles vão ter que se
180 organizar para fazer esses estudos. Esses estudos tem o prazo da Portaria
181 de outorga, então talvez pode deixar mais claro isso na minuta, mas esses
182 estudos vão ser realizados nesse prazo, agora, uma outra coisa que eu
183 esqueci de falar antes é que hoje, tirando essa questão da regularização
184 desse uso da pesquisa hidro geológica, hoje temos o estudo que baliza
185 essas definições do RPE para o Norte de Minas - para o Semiárido Mineiro
186 - o Igam, tem a previsão de fazer esse mesmo estudo para o restante do
187 Estado, estamos trabalhando para que isso seja realmente viabilizado,
188 então enquanto isso não acontece, não temos esse valor de RPE. Então, o
189 restante do Estado vai continuar sendo outorgado no mesmo formato que
190 é hoje, sem essa restrição de 100% do RPE, só que esperamos que
191 realmente o Estado faça esse estudo para que possamos homogeneizar
192 todo o padrão de outorga, desse modo são duas coisas separadas,
193 esperamos que esse estudo seja realizado o mais brevemente possível,
194 mas esses estudos onde a RPE já está comprometida em 100%, vamos ter
195 o prazo da pesquisa hidro geológica que varia entre dois a dois anos e
196 meio, três anos que é o prazo da Portaria da Outorga de pesquisa hidro
197 geológica". Presidente Breno Esteves Lasmar: "Mais alguma consideração?
198 Não havendo solicitado a Isadora que verifique aquele ponto específico
199 para a gente. Isadora Pinho Tavares (analista do Igam): "Estou acabando
200 de escrever, vou mandar no chat". Presidente Breno Esteves Lasmar: "Esse
201 parágrafo que você mandou é do parágrafo único que você mandou é do
202 artigo 7º mesmo? " Isadora Pinho Tavares (Igam): "Não, do artigo 8º, do
203 Capítulo 5". Presidente Breno Esteves Lasmar: "Então, a proposta é essa

204 redação ‘as medidas de controle citada no caput do artigo 8º, serão
205 adotadas para todos os poços tubulares outorgáveis, exceto para os
206 utilizados para rebaixamento do nível de água em minerações,
207 rebaixamento para obras civis, pesquisa hidro geológica, sistemas de
208 remediação e poços jorrantes’, ok?” Isadora Pinho Tavares (Igam): “Isso!”
209 Leonardo Campos de Assis (Uniube): “Só mais uma dúvida, peço desculpa
210 mais uma vez por não ter participado do estudo e só ter entrado em
211 contato com o material agora. A pergunta é simples, no item 3, artigo 3º,
212 §1º faz-se referência para os valores de recurso potencial explotável, a
213 partir do projeto águas do Norte de Minas, por que os valores - questão
214 de forma - não foram incluídos na DN e sim referenciados ao estudo?”
215 Isadora Pinho Tavares (Igam): “Esse também foi um questionamento no
216 grupo, o problema é que esses valores são calculados por pixel, então não
217 teríamos como estabelecer RPE e, como é por eu pixel, não teria como
218 estabelecer como ‘a bacia x é assim’ porque na hora que o cálculo é
219 realizado, é baseado nesse banco de dados que já foi calculado e absorve
220 esse dado que foi calculado e faz o cálculo para a bacia em questão, o
221 método de outra bacia. Então, não teríamos como trazer, por exemplo,
222 uma planilha com esses dados, não faria sentido. Dessa forma, como é
223 muito específico, somente referenciamos o resultado do estudo mesmo”.
224 Leonardo Campos de Assis (Uniube): “Perfeito, obrigado”. Presidente
225 Breno Esteves Lasmar: “Mais algum ponto que gostariam de
226 esclarecimento ou vocês entendem que estamos aptos para a votação?
227 Ok, então vamos para o regime de votação, deliberar sobre a proposta de
228 Minuta de Deliberação Normativa que define os critérios para a
229 regularização do uso da água subterrânea nas circunscrições hidrográficas
230 do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, item 4.1 da nossa
231 pauta. Coloco em votação com a redação sugerida de revisão do parágrafo
232 único do artigo 8º, cuja redação foi enviada no chat e a Isadora comentou
233 na sua exposição, fazendo um ajuste com a inclusão de mais uma
234 excepcionalidade”. Votos Favoráveis: Sede; Seinfra; Seapa; Prefeitura
235 Municipal de Patrocínio; Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Fiemg;
236 Faemg; DMAE de Uberlândia; Crea; Uniube. Ausente, no momento da
237 votação: Prefeitura Municipal de Itabirito; Angá. Presidente Breno Esteves
238 Lasmar: “Ok senhores, norma aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e 2

239 (duas) ausências”. **5. Proposta de Agenda das Reuniões da Câmara**
240 **Técnica Especializada de Regulação, para o ano de 2022. Apresentação:**
241 **Semad.** Agenda Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos. Votos
242 Favoráveis: Sede; Seinfra; Seapa; Prefeitura Municipal de Patrocínio;
243 Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Fiemg; Faemg; DMAE de
244 Uberlândia; Crea; Uniube. Ausente, no momento da votação: Prefeitura
245 Municipal de Itabirito; Angá. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Peço que
246 projetam, por favor, a proposta de agenda que foi enviada aos
247 conselheiros”. Vânia Mara de Souza Sarmento: “Sr. Presidente, a proposta
248 de agenda foi disponibilizada juntamente com os demais itens de pauta no
249 prazo regimental. A proposta que a Secretaria Executiva traz é de uma
250 reunião mensal, a partir do mês de fevereiro. Então, a nossa proposta é de
251 uma reunião mensal, conforme já disponibilizado juntamente com o
252 material desta reunião, sempre às sextas-feiras às 14 horas, sendo 4 de
253 fevereiro, 4 de março, 1º de abril, 6 de maio, 1º de julho, 5 de agosto, 2 de
254 setembro, 7 de outubro, 4 de novembro e 2 de dezembro, nessa agenda já
255 foi verificado feriados nacionais e possíveis feriados municipais. Aproveito
256 aqui para pedir aqueles que não responderam, que respondam ao nosso
257 questionário sobre o formato das reuniões para 2022, isso nos auxiliará no
258 formato da reunião, se remota ou presencial, e sabermos o que a maioria
259 dos conselheiros deseja para o próximo ano. Obrigada”. Presidente Breno
260 Esteves Lasmar: “Obrigado, Vânia. Conselheiros, alguém gostaria de fazer
261 algum comentário sobre o ponto de pauta? “ Leocádio Alves Pereira
262 (DMAE de Uberlândia): “Fiz o preenchimento do questionário, optando
263 pelas reuniões como estão sendo feitas hoje de forma remota, em razão
264 de uma série de coisas, de deslocamento e tudo mais. Então concordo
265 com esse calendário que foi proposto, de antemão essa é minha posição.
266 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Ok, obrigado. Senhores conselheiros,
267 coloco então em votação o item 5 da proposta da agenda de reuniões,
268 reuniões mensais toda sexta-feira do mês, nos meses de fevereiro a
269 dezembro, estando todos de acordo (...)”. Vânia Mara de Souza Sarmento:
270 “Sr. Presidente, só registrar que essas são as reuniões ordinárias conforme
271 regimento interno pode, por uma necessidade, haver reuniões
272 extraordinárias ok? “ Presidente Breno Esteves Lasmar: “Ok, proponho
273 que possamos deliberar sobre o cronograma de reuniões, é uma proposta

274 ordinária de reuniões em todas as sextas-feiras às 14 horas e na medida
275 que a Secretaria Executiva comunicar aos senhores com a decisão da
276 consulta acerca da possibilidade de realização de reuniões remotas ou a
277 forma como vai se organizar, não há impedimento para que essa matéria
278 possa voltar ao debate no âmbito da Câmara Técnica e com isso, fazer o
279 ajuste na qual atenda de forma adequada à necessidade do Conselho de
280 reuniões como as necessidades e as possibilidades dos conselheiros, Caso
281 estejam de acordo, submeterei em votação”. **6. ASSUNTOS GERAIS.**
282 Presidente suplente Breno Esteves Lasmar: “Alguém gostaria de fazer
283 algum comentário, algum assunto ou comunicado?” Leonardo Campos de
284 Assis (Uniuibe): “Primeiro, gostaria de pedir desculpas a todos pelo atraso,
285 tive um pequeno problema na Universidade e quando cheguei, a matéria
286 da ata, da reunião anterior já tinha sido apreciada, não é nada de
287 substância, mas na linha 22 e 23 dessa ata, está identificando o
288 conselheiro professor Silvio Luiz Andreozzi do Instituto de Ciências
289 Agrárias do ICA, acredito que foi um pequeno equívoco porque o Edson
290 que é o professor do ICA e o professor Silvio é da UFU (Universidade
291 Federal de Uberlândia), não se se foi observado na apreciação, peço
292 desculpas por trazer esse tema tardiamente, de forma intempestiva. Mas
293 se ficou, pedir o auxílio para a Secretaria verificar isso na linha 23”. Vânia
294 Mara de Souza Sarmento: “Obrigada professor pela observação, vamos
295 fazer a devida alteração”. Presidente Breno Esteves Lasmar: “Obrigado,
296 Leonardo. ” **7) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
297 tratados, o presidente Breno Esteves Lasmar declarou encerrada a sessão,
298 da qual foi lavrada esta ata.

299

APROVAÇÃO DA ATA

300

301

302

303

Breno Esteves Lasmar

304

Presidente Suplente da Câmara Técnica Especializada de Regulação

305

Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais